

Até o final do meu governo, quatro mil municípios estarão integrados no Sistema Único de Saúde, o SUS. Esta é uma boa notícia para as prefeituras e, sobretudo, para os usuários dos serviços de saúde pública.

O que me dá certeza de que posso assumir esse compromisso é que o Governo Federal tem parceiros nesse empreendimento. Ainda na semana passada, 600 secretários de saúde municipais, reunidos com autoridades do Ministério da Saúde, em Brasília, se mostraram em condições de assumir a responsabilidade de cuidar da saúde do povo, desde que as verbas lhes sejam repassadas mensalmente e em dia.

E a outra novidade: dentro de 90 dias, entra em vigor nova sistemática de distribuição de verbas do Ministério da Saúde.

Em resumo, vai ser assim: entre os dias 15 e 20 de cada mês, as verbas serão depositadas diretamente da conta do Fundo Municipal de Saúde. Fica cancelado o sistema antigo, que era fixado pelo número de guias de internação nos hospitais, as AIHs. O que vale agora é a realidade social de cada município: número de habitantes, a situação econômica e os tipos de doença que mais atacam a população.

O SUS, que nós estamos aperfeiçoando, começou a ser implantado em 1991. Hoje, já temos 3 mil 127 municípios administrando a saúde. Na semana passada, houve esse encontro, no Ministério da Saúde, com os secretários representantes de 600 municípios. E eles se mostraram animados ao conhecerem o novo processo de habilitação ao SUS. E você sabe o que eles consideram mais importante? O prefeito é quem pro-

grama as ações de saúde, com base nas necessidades da população e nos recursos disponíveis no caixa. A população só tem a ganhar.

A qualidade do serviço prestado e a aplicação dos recursos serão fiscalizadas pela comunidade. Para receber as verbas, a prefeitura precisa, primeiro, formar o Conselho Municipal de Saúde, que representa os usuários de todo o município. Esse Conselho, por sua vez, sabe de tudo que é feito com os recursos do Fundo Municipal de Saúde.

Eu vou dar um exemplo de como se prestam, agora, os serviços de saúde pública. Tomemos o município de Alenquer, no Pará. Ali tem um hospital administrado pelas irmãs de caridade e um centro de saúde da Fundação Nacional de Saúde. Alenquer tem 58 mil habitantes, e, aqui de Brasília, mandava-se o dinheiro para o governo do estado distribuir e ainda se gerenciava o centro de saúde. Com a adesão ao SUS, o dinheiro do Governo vai direto para a conta do Fundo Municipal, e a Secretaria de Saúde é responsável pela programação e supervisão do hospital, passa a administrar o centro, que antes era da Fundação Nacional de Saúde, daqui de Brasília.

Você que mora em Alenquer vai sentir a diferença, como já estão sentindo os moradores de mais de 3 mil municípios. Quando a prefeitura toma conta da saúde da população, a qualidade da assistência médica melhora. Temos, hoje, a convicção de que os recursos postos da prefeitura trazem duas vantagens: primeiro, a garantia de que vão ser aplicados de acordo com as necessidades do município; segundo, a certeza de que a fiscalização será mais eficaz, porque será feita por profissionais que estarão nos mesmos locais onde os recursos serão aplicados.

É por isso que, cada vez mais, vamos incentivar e facilitar a adesão ao Sistema Único de Saúde. A responsabilidade pela saúde da população deve ser do prefeito, que conhece bem os problemas da comunidade. Ao Ministério da Saúde cabe criar as regras, repassar os recursos, fiscalizar e, principalmente, fazer campanhas de prevenção para evitar as doenças.